

**BELMAIA, Nathany Andrea Wagenheimer\***

<https://orcid.org/0000-0002-3160-8284>

**RESUMO:** O conceito de identidades fluidas, com espaços fluidos, porosos, nos quais identidades não podem ser claramente distintas, tem contribuído para que novos olhares sejam lançados sobre os objetos da antiguidade e medievo no espaço mediterrânico. A partir dessa noção, este trabalho tem por objetivo tecer reflexões gerais sobre aspectos relacionados aos primórdios do cristianismo, tratando da formação da identidade cristã nos primeiros séculos, no Império Romano e diálogos com o universo judaico e a fluidez identitária do período. Além disso, visa também problematizar um possível momento no qual ambas as crenças, judaica e cristã, podem, de fato, ser mais claramente separadas, demonstrando que, possivelmente, essa foi uma situação mais tardia, alocada no século IV.

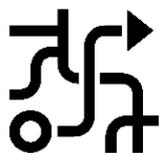
**PALAVRAS-CHAVE:** Identidades fluidas; Cristianismo; Judaísmo.

**ABSTRACT:** The concept of fluid identities, with fluid, porous spaces, in which identities cannot be clearly distinguished, have contributed to new perspectives being launched on objects from antiquity and medieval times in the Mediterranean space. Based on this notion, this work aims to make general reflections on aspects related to the beginnings of Christianity, dealing with the formation of Christian identity in the first centuries of the Roman Empire, the appropriations and dialogues with the Jewish universe and the identity fluidity of the period. In addition, it also aims to problematize a possible moment in which both beliefs, Jewish and Christian, can, in fact, be more clearly separated, demonstrating that, possibly, this was a later datum, allocated in the 4th century.

**KEYWORDS:** Fluid identities; Christianity; Judaism.

---

\* Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná, mestra em História Social pela Universidade Estadual de Londrina e licenciada em História pela Universidade Estadual de Maringá. Essa pesquisa contou com o apoio da CAPES.



## INTRODUÇÃO

A percepção de que o Mundo está cada vez mais integrado, independentemente do espaço geográfico, impacta nos estudos sobre centro e periferia, demonstrando que não existe apenas um, mas múltiplos centros e múltiplas periferias, processos de inclusão e exclusão, igualdade e diferença, identidade e alteridade (SILVA, 2010, p. 59). Nas reflexões sobre o desenvolvimento do cristianismo nos primeiros séculos, o holofote se desloca para a compreensão da existência de vários grupos judeus e cristãos, os quais, por meio de interações diversas, contribuíram para a formação daquilo que, posteriormente, seria designado na insígnia geral de “cristianismo”.

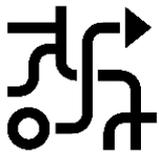
Para a construção de uma perspectiva plural, é fundamental compreender o mundo mediterrânico como um espaço de trocas diversas. Durante muito tempo, delimitar uma diferença ou um pertencimento, poderia culminar em rígidas oposições binárias, tais como: civilização e barbárie, magia e religião, pensamento lógico e pensamento selvagem etc. Entretanto, a dinâmica das experiências sociais, com apropriações<sup>1</sup> e demarcações de fronteiras entre agrupamentos, podem originar formas híbridas, as quais, por vezes, não são passíveis de alocação em uma única identidade (SILVA, 2011, p. 59-60).

Apesar de o conceito de identidade ser polissêmico, apresenta alguns elementos em comum, como a semelhança entre partes com as mesmas características ontológicas (por meio das quais se podem diferenciar alguns atributos de outras designações); ou conjunto de características que se distinguem por contraste e diferença entre os termos envolvidos (MICHAELIS, 2021; OXFORD LANGUAGES, 2021). Contudo, conforme mencionado acima, categorias que preveem um aglutinamento de traços semelhantes e diversos são insuficientes para explicar a hibrididade cultural, as trocas e as mútuas retroalimentações que não se adequam em uma única identidade. A percepção de múltiplas autorrepresentações e pertencimentos a categorias, por vezes, excludentes entre si, abre espaço para a compreensão de uma fluidez identitária.

A identidade pode ser relacional, integradora e homogênea, mas também é dialógica, assimilativa e detentora de espaços fluidos, locais nos quais as identidades se mesclam e estão sujeitas a um processo dinâmico de reconstrução simbólica (FUNARI, 2010, p. 12). Assim, é mais plausível supor a existência de “zonas de porosidade”,

---

<sup>1</sup> O conceito de apropriação é polissêmico, na medida em que é utilizado em várias áreas. De acordo com Bueno (1974, p. 301), apropriação se origina do latim *appropriationem* e significa “[...] apoderação, apoderamento, posse de alguma coisa, tornar alguma coisa sua, de sua propriedade.” (BUENO, 1974, p. 301).



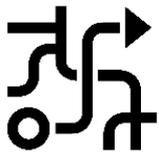
(permeáveis, que favorecem a comunicação), do que blocos monolíticos, com elementos incomunicáveis.

No contexto da formação do cristianismo, nos primeiros séculos, algumas comunidades mantiveram alguns preceitos judaicos, mesmo passando a crer na messianidade de Cristo. No século I, ainda que Paulo desobrigasse os gentios de algumas tradições dos judeus, eles as continuavam. Aspectos do politeísmo também eram ressignificados. O livro de I Coríntios 8:4, por exemplo, advertia que “um ídolo não é coisa alguma”, e que, caso fosse imperativo que os seguidores de Cristo ingerissem carne “sacrificada aos ídolos”, deveriam considerá-la apenas carne, e não uma honraria aos “demônios”.

Para além disso, o manuscrito de Qumran, e outros documentos, revelam a pluralidade de expectativas messiânicas e escatológicas do período. Isso indica a existência de vários grupos sectários do judaísmo e não apenas um corpo unificado (NOGUEIRA, 2010, p. 26). Entre esses, alguns passaram a crer que o Messias aguardado pelos judeus era Jesus, mantendo, portanto, práticas, ritos e o modo de vida dessa religiosidade. Esses espaços de crenças compartilhadas geraram uma necessidade de organização, tanto do nascente cristianismo, quanto das autoridades judaicas, fazendo com que ambas as religiosidades fossem, progressivamente, criando (ou recriando) as suas identidades.

Visto que muitas produções acadêmicas versam sobre objetos e domínios específicos acerca dos primórdios do cristianismo, este trabalho se propõe a refletir, de uma forma mais ampla e geral, principalmente, sobre dois aspectos: 1. A formação da identidade cristã nos primeiros séculos no Império Romano, ocorrendo, sobretudo, na relação com o universo judaico em um meio de identidades fluidas, de diálogos, apropriações e rejeições de elementos oriundos do universo judaico; 2. Problematizar que o momento de maior cisão entre as identidades judaicas e cristãs não ocorreu nos séculos I e II, mas no século IV.

Em “Os primórdios da fé cristã e os judeus” serão abordadas questões acerca do nascimento do cristianismo, os judaizantes e a utilização de elementos do universo judaico para a criação de uma identidade cristã. Em “Separação entre judeus e cristãos?” serão elencados alguns dos principais períodos ou eventos que, tradicionalmente, já foram



adotados para definir uma separação entre ambas as crenças e a introdução de uma ideia de *religio* trazida pelo cristianismo, com reflexo também no judaísmo.

## OS PRIMÓRDIOS DA FÉ CRISTÃ E OS JUDEUS

Nas primeiras décadas do século I, as crenças judaicas e dos nascentes grupos cristãos eram quase indistinguíveis. Os seguidores de Jesus, inclusive, indicavam que a vinda de Cristo havia sido anunciada pelo livro de Jeremias (31:31-33) da Bíblia hebraica, que previa uma nova aliança com a casa de Israel, já que aquelas feitas com Noé, Abraão, Davi e Moisés haviam sido rompidas.

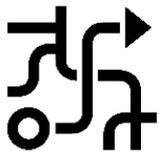
Para os cristãos, essa nova aliança havia sido selada por Jesus, pois todos “os relatos das palavras eucarísticas na ceia da noite antes da morte de Jesus relacionam o termo ‘[nova] aliança/novo testamento’ com o sangue de Cristo” (BROWN, 2004, p. 55). Portanto, a narrativa da morte e da ressurreição de Jesus significaria que Deus havia cumprido a sua promessa.

A “boa nova” (ou o evangelho) dessa “aliança renovada” foi proclamada de forma oral pela primeira geração de discípulos que tiveram contato com Jesus. Para eles, o Messias voltaria em breve (BROWN, 2004, p. 56). Assim, escrever para gerações futuras não era prioridade. Por esse motivo, os primeiros escritos cristãos dos quais se têm registros são cartas. Datadas do primeiro século, as cartas de Paulo (um dos mais importantes evangelizadores) são os documentos mais antigos que registram o desenvolvimento das comunidades cristãs. Paulo era um missionário itinerante, que proclamava Jesus em diversas cidades e as cartas eram o meio de comunicação com os convertidos (BROWN, 2004, p. 58).

Segundo relato bíblico de Atos<sup>2</sup> 21:35 e 22:3, Paulo se apresentou como um judeu, de Tarso, que cresceu em Jerusalém e estudou com Gamaliel, um mestre no farisaísmo. Em registros de Atos 23:6, ele afirma ser “fariseu, filho de fariseus”, membros de uma antiga seita judaica, surgida cerca de dois séculos antes de Cristo. Além dos fariseus, a Palestina judia do primeiro século era pulverizada por diversos grupos político-religiosos,

---

<sup>2</sup> “O autor de *Atos* é identificado, desde a data de 175 segundo o parecer das igrejas, com Lucas, o médico discípulo de origem gentílica do apóstolo Paulo que o teria acompanhado em sua segunda e terceira viagens missionárias”. (SELVATICI, 2006, p.32)



como os saduceus, os essênios, os zelotas, os sicários, os boetusianos ou os seguidores de João Batista (SELVATICI, 2012, p. 105), o que evidencia a fluidez identitária do período e a origem farisaico-judaica de Paulo.

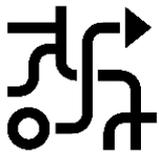
Indicando a existência dos vários grupos judeus, a raiz *prsh*, da palavra fariseu, designa “aqueles que se separam”. Isso sugere que o farisaísmo de Paulo possuía características identitárias próprias, que repercutiram na evangelização (LEITE, 2008, p. 87). Segundo a literatura neotestamentária, os fariseus defendiam, por exemplo, a centralidade de Jerusalém e do Templo como locais de culto religioso e de adoração. Além disso, acreditavam nos anjos, na ressurreição dos mortos e outras escatologias específicas desse grupo (LEITE, 2008, p. 88).

Em cada cidade que Paulo chegava, ele procurava, primeiramente, os judeus. Nesse momento, não se pode afirmar a existência de uma identidade cristã. Na prática, era um judeu que procurava outros judeus para pregar que Jesus de Nazaré era o Messias anunciado pelo livro de Jeremias. A inserção desse elemento discursivo fazia um deslocamento na identidade primária judaica.

Todavia, o proselitismo de Paulo despertou mais conflitos com os judeus do que conversões. Uma das hipóteses de Selvatici (2015, p. 59-63) é de que um Messias que pregava um fim eminente (em um reino governado por ele), e que havia sido executado recentemente em Roma, pudesse colocar as comunidades judaicas em risco. Ademais, quando os seguidores de Paulo desenvolveram um culto próprio, sem rituais sacrificiais ou qualquer tipo de homenagem ao imperador, poderiam expor os judeus a possíveis denúncias, sobretudo por já serem hostilizados desde o governo de Júlio César em função dos privilégios e algumas isenções de impostos concedidas.

Afastando-se das comunidades judaicas, Paulo proclamou o evangelho de Cristo aos gentios e, dessa forma, conseguiu mais conversos (JOSSA, 1997, p. 49). Por este motivo, a composição étnica das comunidades convertidas por Paulo no Mediterrâneo e, em especial, na Ásia Menor, era, sobretudo, de não judeus de cultura grega (SELVATICI, 2015, p. 60).

Silva (2011, p.276) afirma que havia um esforço dos gentios (sem laços etnogenealógicos com a cultura semita) em “imitar” alguns aspectos judaicos. Para os novos conversos, a fé em Cristo oferecia os atrativos do judaísmo, sem a obrigação do

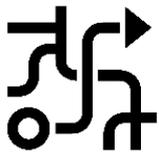


cumprimento de todas as exigências mosaicas (SILVA, 2011, p. 275). Os judeus, por vez, acusavam os gentios de não observarem todas as regras da Lei, o que, para eles, os tornava impuros. Foram designados “judaizantes” os gentios que, mesmo filiados a uma autoridade cristã, adotaram costumes judaicos (SELVATICI, 2015, p. 61-62). Eles eram pessoas ou grupos que frequentavam sinagogas, se apropriavam de ritos, de jejuns ou de tradições judaicas, mesmo aderindo à crença em Jesus. Os judaizantes, assim, situar-se-iam no limiar de uma identidade fluida: eles não eram judeus, tampouco “cristãos”, visto que essa identidade não existia, estava em construção.

Sem fronteiras claramente distintas e mesclando elementos religiosos, também existiram algumas comunidades autônomas, que estavam entre o judaísmo rabínico e o cristianismo paulino, como os nazoreus, os osseanos ou os ebionistas (SILVA, 2011, p. 276). Uma das vertentes do ebionismo, que vigorou do segundo ao quarto século, acreditava no caráter messiânico de Jesus, mas negava a sua origem sobrenatural e divina. Outras correntes ebionitas aceitaram a doutrina do nascimento sobrenatural de Jesus, mas elaboraram uma cristologia própria. Eles cumpriam os ritos judaicos (como a circuncisão e a guarda do sábado), adotaram um evangelho de acordo com Mateus, mas rejeitaram os escritos de Paulo (KOHLENER, 1901, p. 81). Segundo Silva (2011, p. 267), essas comunidades híbridas constituíram um ramo difuso de um “cristianismo judaico”, que se tornou um vestígio anacrônico de uma fase inicial, na qual ambas as tradições, judaicas e cristãs, estiveram interligadas nos diferentes grupos cristãos e judeus existentes.

A conversão dos fariseus também é um exemplo da flexibilidade e fluidez identitária do período. Segundo Leveils (2007, p. 20), alguns fariseus, inclusive, chegaram a estar presentes nas igrejas na Síria, na Palestina e em Jerusalém. No entanto, essas adesões logo se tornaram divergentes, já que os seguidores de Jesus acreditavam que a “casa de Israel” se transfigurou na “igreja” de fé cristã, que seria, doravante, a responsável pelos direcionamentos doutrinários.

Embora existissem conversos judeus, eles não eram maioria. A ideia de Cristo como o Messias que selava uma “nova aliança” com Deus excedia os limites da própria religiosidade praticada até então, e lhe conferia um novo sentido, uma outra identidade. Por outro lado, os conversos que acreditavam no aspecto redentor do nazareno viam a



crença como uma continuidade da tradição judaica. Isso, em um só tempo, os colocava dentro e fora do judaísmo, denotando a fluidez de identidades, de uma identidade cristã sendo forjada.

De início, alguns discípulos, gentios ou judeus recém-convertidos, participavam das reuniões para comungar a “Ceia do Senhor”. Essas ocasiões constituíram o delineamento dos contornos do rito da Eucaristia, que se tornaria, posteriormente, uma das principais marcas da fé católica, um elemento identitário distinto do judaísmo. Contudo, ao mesmo tempo, os crentes em Cristo também frequentavam as sinagogas, a fim de “se manterem puros”, guardavam o sábado, faziam as restrições alimentares (caso da festa dos pães ázimos, realizada com o *Pessach*, por exemplo, na qual não se ingeria fermento por sete dias) e circuncidavam os filhos (LEVEILS, 2007, p.18). A preponderância de práticas judaicas entre os seguidores de Cristo é um exemplo de um ambiente de fluidez, no qual a identidade cristã estava sendo construída, também com a observação dos preceitos do universo judaico.

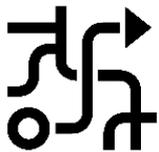
Os discípulos de Jesus viajaram por todo o Império Romano para evangelizar. Rapidamente, profetas e pregadores itinerantes se tornaram presbíteros e bispos de certas localidades, que passaram a atuar como autoridades locais cristãs. As chamadas cartas pastorais para Timóteo e Tito<sup>3</sup> demonstram um desenvolvimento significativo da organização eclesiástica, com referência a “bispos”<sup>4</sup> e “anciãos” se ocupando de comunidades específicas (JOSSA, 1997, p. 58-59).

Assim, conflitos entre judeus e os crentes em Cristo não ocorreram apenas em função dos usos e costumes que, progressivamente, se tornavam diferentes, mas, também, por terem aspirações ao monopólio de discursos relativos ao passado judeu (SILVA, 2010, p. 64).

---

3 Essas cartas foram atribuídas a Paulo, mas datam de meados do final do século II (cf. EHRMAN, 2003).

4 Durante a Antiguidade e Antiguidade Tardia, os bispos eram caracterizados pela versatilidade, já que o seu cargo demandava também tarefas administrativas ou de supervisão (*episkopein*). A maior parte deles possuía uma educação tradicional das escolas romanas e tinham o domínio da língua e das técnicas da retórica clássica. Isso significa que esses clérigos poderiam ser letrados e dedicados tanto à escrita quanto à oralidade. Os bispos poderiam ter procedências sociais diversas. Mesmo aqueles com poucas posses poderiam ascender ao episcopado, o ápice do *cursus honorum* eclesiástico, passando ou não pelos cargos de diácono ou presbítero (MOURA, 2021, p.119).

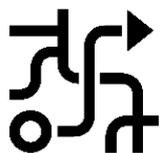


De modo geral, apropriações e ressignificações não são processos resultados de acordos entre as partes, com iguais poderes decisórios. As relações envolvidas nas identidades fluidas não são resultadas de forças em equidade ou acordos tácitos. Por isso, para Silva (2010, p. 64), a apropriação cristã dos elementos do universo judaico se caracteriza mais por uma espoliação do que por um compartilhamento, uma vez que, do ponto de vista dos cristãos, as igrejas se tornaram as legítimas herdeiras de Israel, sendo a antiga aliança com os judeus suprimida.

Entretanto, a concepção de uma persistência de elementos judaicos entre os primeiros cristãos foi mais aceita apenas ao final do século XX. Anteriormente, vigoravam ideias como as de Ernst Kasemann (1906-1988), que afirmavam, por exemplo, que um dito só poderia ser atribuído ao Jesus Histórico (ou seja, aquilo que Jesus poderia ter, de fato, dito, e não as possíveis reconstruções de suas falas) se não tivesse ligação com as ideias judaicas (NOGUEIRA, 2010, p. 21-23).

Essa perspectiva prevaleceu em voga até os anos 1990, quando pesquisadores como Ed Parish Sanders, John Dominic Crossan ou John Paul Meier, inverteram essa relação partindo do princípio de que ações ou palavras oriundas da tradição de Jesus só poderiam ser consideradas históricas se houvesse plausibilidade com o judaísmo, já que Jesus era judeu. Como impor uma descontinuidade entre Jesus e as crenças judaicas se os seguidores de Cristo reivindicavam a herança sociocultural judaica? Um exemplo disso é a apropriação das Escrituras Sagradas dos judeus. A Septuaginta, ou LXX, a tradução grega da Torá, foi apropriada pelos cristãos, que a tornaram, posteriormente, o Antigo Testamento (SILVA, 2011, p. 266).

Os judeus, por sua vez, rejeitaram a LXX em virtude de sua adoção pelo cristianismo. Para obter uma versão distinta, foi necessária a criação de uma nova tradução desses escritos, a partir do hebraico consonantal, trabalho feito por Áquila, por volta do ano de 130, Teodocião, também no século II (obra com boa aceitação também no meio cristão, denotando os intercâmbios e a fluidez do período), e por Símaco que, no século III, buscou harmonizar as traduções anteriores (SELLIN, 2007, p. 720). Apesar da partilha de crenças e visões cosmogônicas entre judeus e cristãos, esses últimos



construíam a sua própria identidade na criação (ou ressignificação) de elementos que, progressivamente, os distinguiam dos primeiros.

## **SEPARAÇÃO ENTRE JUDEUS E CRISTÃOS?**

Partindo de uma identidade fluida, na qual, a princípio, não se pode distinguir uma identidade unicamente cristã, isenta de elementos judaicos, é possível questionar quando houve (e se houve), efetivamente, uma descontinuidade com o judaísmo.

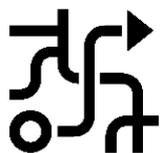
De acordo com Fredriksen (2007, p. 35), diversos marcos cronológicos já foram adotados para definir um momento de separação entre judeus e cristãos, como o ano de 28 a 30, quando Jesus iniciou o seu mistério; o ano de 50, quando se supôs que os conversos de Paulo romperam com a Sinagoga no território da Diáspora; o ano de 70, quando ocorreu a tomada de Jerusalém pelo exército do futuro imperador Tito, culminando na destruição do Segundo Templo<sup>5</sup> e no exílio da população do Reino de Judá na Babilônia (SCHAFFER, 2003, p. 129); o ano de 125, quando os judeus foram expulsos para a Palestina, passando a liderança da igreja para os gentios; ou o ano 200, quando as perseguições dos judeus aos gentios cristianizados se tornaram mais ofensivas.

Apesar das discussões sobre a ficcionalidade ou não do Concílio de Jerusalém (51), acredita-se que a ocasião poderia ter sido um divisor de águas, já que Pedro e Tiago teriam suplantado a orientação de Paulo, e tratado, entre outras questões, da não necessidade da circuncisão dos gentios ou de ritos de sacrifício. Até o final do século XIX e início do XX, Wilhelm Bossuet e Adolf von Harnack defendiam que, com a Guerra da Judeia (66-70) e a revolta de Bar Kochba (132-135), teria ocorrido uma irreversível separação entre o judaísmo e o cristianismo (SILVA, 2011, p. 265-66).

Jossa (1997, p. 138-139) assevera que o rompimento do cristianismo com o judaísmo ocorreu no final do século I e início do século II, quando diversas autoridades cristãs começaram a atribuir a responsabilidade pela morte de Jesus aos judeus, mitigando a atuação de Pilatos no episódio da lavagem das mãos antes da crucificação. Considerando que os conflitos com os judeus ecoaram por vários séculos, como se verifica

---

<sup>5</sup> O segundo Templo foi construído no regresso à Jerusalém após o cativo da Babilônia no ano 70.



nas obras de Efrém, o Sírio (ca. 306 – 373) ou Jacó de Serug (451 – 521), pode-se questionar se essa descontinuidade realmente ocorreu nos séculos I ou II. Além disso, na longa história dos grupos judeus, existiram diversas transformações.

O segundo século foi um momento de redefinição de caminhos e de uma (re)afirmação da identidade judaica. Após a derrota da revolta de Bar Kokhba, que no ano de 132 estabeleceu um estado judeu independente por cerca de três anos, Jerusalém foi transformada em uma colônia romana. O Império proibiu, sob pena de morte, a entrada de judeus (cf. SCHAFFER, 2003b). O movimento rabínico se encarregou, aos poucos, de unificar os judeus da Palestina e da Diáspora. As consequências dessa situação foram a supressão da diversidade religiosa<sup>6</sup> existente no período do Segundo Templo. Nesse momento, os judeus acabaram por se unificar, ainda que as diferenças pudessem persistir.

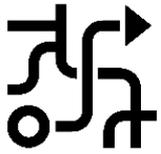
Apesar dos questionamentos se o Concílio de Jamnia, realizado em Yavneh, no ano de 90, definiu ou não os livros sagrados judeus, essa ocasião foi importante para a superação de algumas divergências internas, reforçando a autoridade rabínica e expulsando os judaizantes que frequentavam as sinagogas (SOARES, 2016, p. 66-69).

Se o Concílio de Jamnia decidiu quais livros fariam parte da Escritura judaica, significaria que, até o final do século I, o cânon judeu sequer estava definido, denotando a persistência da fluidez, que permitia agregar ou excluir elementos identitários. Por outro lado, o não reconhecimento dos judaizantes foi resultado de uma demarcação da identidade judaica, rejeitando aquilo que não se considerava aceitável.

Seguidores de Paulo e judeus se influenciaram mutuamente para a criação (ou recriação) de suas próprias identidades, que culminou em alguns aspectos: 1. Fazer surgir a ideia de “religião”. A estruturação do cristianismo enquanto religião fez com que o judaísmo também se organizasse enquanto tal, pois, anteriormente, esse último era considerado um modo de vida relacionado a uma identidade etnopolítica; 2. Ocasionar uma relativa indistinção entre judaísmo e cristianismo em nível popular; 3. Ao contrário do que era teorizado até os anos 1990, as análises apontaram um deslocamento do eixo temporal para a “cisão” entre judaísmo e cristianismo (religião), possivelmente, para o século IV.

---

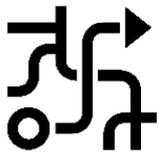
<sup>6</sup> Cerca de 520 a.C. a 70 d.C., o judaísmo estava fragmentado em várias facções, como essênios, saduceus, fariseus e zelotas e outras (SILVA, 2011, p. 267).



Quanto ao primeiro aspecto mencionado, de acordo com o Dicionário Etimológico (2020), a palavra *religio*, traduzida comumente por religião, tem várias proposições até o século IV. Cícero, em *De natura deorum* (45 a.C.), afirma que *religio* se originou do termo latino *relegere*, que significa reler, relacionando o culto aos deuses com um aspecto intelectual. Já Lactâncio, nos séculos III e IV, afirma que *religio* se originou de *religare*, religar, argumentando que a religião servia para religar os seres humanos a Deus. No século IV, Agostinho de Hipona, em *A Cidade de Deus*, afirmou que *religio* derivava de *religere*, reeleger, aferindo que, por meio da religião, a humanidade reelegia de novo a Deus, do qual se tinha separado. Mais tarde, na obra *De vera religione*, Agostinho retomou a interpretação de Lactâncio, e vinculou *religio* a religar. Todas essas acepções se vinculam com um tipo de reverência particular aos deuses, e não um sistema conceitual e prático associado a *civitas*.

Para comparação, quando o termo *ioudaismos* (judaísmo) surgiu, no segundo livro dos Macabeus 2:22 (ca. 150 a.C.), esse foi empregado em oposição a *hellenismos*. Isso exprimia dois estilos de vida próprios e duas entidades políticas distintas: o estado judeu e a monarquia selêucida. Em Macabeus, *ioudaismos* significava a pertença às tradições judaicas e à causa política de Israel, que lutava por sua independência contra o domínio estrangeiro, ou seja, o termo não se restringia a um credo específico, sendo “judeu” e “heleno” realidades etnopolíticas, não necessariamente relacionadas ao aspecto sagrado. Isso diferia de *christianismos* e *christianos*, que se referiam a uma opção religiosa singular, um termo mais estritamente relacionado com o conteúdo de crenças específicas (SILVA, 2011, p. 270).

Justino, o Mártir (100-165), possivelmente, foi o primeiro autor a sugerir, com base em argumentos teológicos, que o cristianismo estava se constituindo em um sistema religioso independente. Em vista disso, emergiu a possibilidade de alguém, a despeito da língua ou da comunidade política que pertencesse, pudesse se definir como portador de uma crença. No contexto pré-cristão, os cultos religiosos estavam relacionados com a *civitas*, como o culto ao imperador ou aos deuses do Estado. Nessa perspectiva, o cristianismo foi o responsável pela fundação da ideia de uma religião *per se*, dissociando o religioso do cívico (BOYARIN *apud* SILVA, 2011, p. 269).

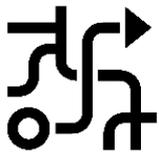


Assim, a expansão dos cristãos (dotado de um corpo com textos sagrados, doutrinas, liturgias, colégios sacerdotais e uma crença independente do Estado) fez com que judeus e politeístas reelaborassem as suas representações. O helenismo e o judaísmo, paulatinamente, também se converteram em *religio*, uma religião vinculada mais ao aspecto do sagrado, da devoção, do que com o pertencimento étnico ou político.

Mesmo sendo, a princípio, considerada uma *religio illicita*, a fé cristã se espalhou pelos territórios imperiais, pelo Mediterrâneo e além desse. Dessa maneira, o cristianismo estabeleceu encontros e confrontos com os múltiplos aspectos culturais, políticos e sociais desses espaços geográficos. O cristianismo que “falava aramaico em suas origens palestinas, chegou a falar, no século IV, grego, latim, copta, siríaco, armênio, etíope, gótico” e outros idiomas (GOMES, 2000, p.178). Isso fazia com que a fé cristã adaptasse a sua construção identitária aos diferentes contextos com os quais tinha contato.

Com relação à criação e expansão do cristianismo, para Boyarin (*apud* SILVA, 2011, p. 270), não é possível defender uma perspectiva linear, na qual uma religiosidade é gerada após outra, em sentido retilíneo e uniforme, como o cristianismo advindo do judaísmo. Por isso, o autor recorre à *wave theory*, que considerava a existência de inovações difundidas por meio de ondas. À medida que essas se espalhassem, a partir de um epicentro, poderiam atingir, concomitantemente, diversos campos com graus distintos de intensidade. Dentro dessa teoria, poderiam ocorrer, simultaneamente, várias “ondas”, sem, de fato, uma “separação” identitária entre judeus e cristãos. Isso permitia a existência de comunidades que se caracterizariam por uma crença axiomática na messianidade de Jesus; outras manteriam um credo menos arraigado; ou, poderiam rejeitar por completo o nazareno.

Em relação ao segundo tópico mencionado anteriormente, a indistinção “visível” entre judeus e os primeiros cristãos ocorria, por exemplo, por ambos frequentarem sinagoga. Indivíduos que não pertenciam a qualquer desses dois credos, não eram capazes de distinguir judeus de cristãos. Por isso, bispos e rabinos se preocupariam em demarcar as suas próprias fronteiras identitárias, diferenciando a ortodoxia (o que se considerava correto e justo), do heterodoxo (o que se considerava diferente, impuro, poluente).



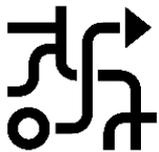
Em virtude disso, vários ritos foram criados pelos cristãos, a fim de substituir as tradições judaicas, como o batismo, que ocupou o lugar da circuncisão, o *Pessach*, a Páscoa judaica, que foi ressignificada pela Páscoa cristã (que não era mais a memória da saída dos judeus do Egito, mas a celebração da morte e ressurreição de Jesus cf. BELMAIA, 2017) ou o domingo (reconhecido como “dia da ressurreição do Senhor”), que substituiu o sagrado sábado judaico (JOSSA, 1997, p. 55-57). Esses e outros “artefatos” simbólicos se tornaram marcos distintivos que agruparam comunidades e definiram limites (SILVA, 2011, p. 271).

Quanto ao terceiro e último dos pontos elencados acima, é possível questionar quando, de fato, existiu uma descontinuidade com o judaísmo e o nascimento de uma religião cristã independente. Esse momento teria de fato existido? Ou seria mais plausível a defesa de que esse processo tenha ocorrido gradualmente? Kinzig (1991, p. 29) sugere que o rompimento entre judeus e cristãos pode ter ocorrido em quatro etapas: doutrinal, teológica, institucional e na piedade popular, sendo as duas primeiras relacionadas a um trabalho intelectual, e as duas últimas, com a práxis religiosa.

No aspecto doutrinal e teológico, implementando uma exegese sistemática dos textos bíblicos, os Padres da igreja romana, desde cedo, se empenharam em ratificar a natureza divina e o caráter messiânico da pregação de Cristo. Em nível institucional, além da própria estruturação hierárquica e burocrática do grupo, buscou-se expurgar do clero qualquer indivíduo cuja fé estivesse em desacordo com os preceitos e as normas então consideradas apropriadas.

Segundo Silva (2011, p. 272), não é possível conceber uma separação entre ambas as fés em um momento específico, sem considerar os diferentes contextos e as diferentes apropriações que foram feitas, em toda a extensão do Império Romano, por onde o cristianismo adentrou. Assim, seria mais prudente supor múltiplas separações em tempos e lugares diversos. Contudo, Silva aponta que a separação entre ambas as fés se tornou um dado irreversível apenas no século IV.

Nesse período, foram compostos vários tratados cristãos, como *Panarion*, de Epifânio da Salamina (310-403), um compêndio das heresias, barbarismos, judaísmos, samaritanismos, helenismos etc. Segundo Kitzinger (1954, p. 83), Epifânio da Salamina parece ter sido o primeiro clérigo que abordou a questão das imagens religiosas cristãs.



Efrém, o Sírio, escreveu uma grande variedade de hinos, poemas e sermões em versos, assim como exegeses em prosa (PARRY, 1999, p. 180). Outro importante trabalho é o de João Crisóstomo (347-407), que escreveu várias homilias, tratados e liturgias, sendo um dos autores mais prolíficos dos primórdios cristãos, excedido apenas por Agostinho de Hipona em quantidade de obras sobreviventes (LAQUEUR, 2006, p. 148). Muitos dos escritos dos dois últimos autores visavam delinear fronteiras do cristianismo diante do judaísmo, expressos, sobretudo, em uma literatura notadamente antijudaica. As epístolas, tratados, diálogos e homilias, que continham diversos estereótipos destinados a depreciar os judeus, ficaram conhecidas como *Adversus Iudaeos* (SILVA, 2011, p. 267).

Mesmo que houvesse algum anacronismo nesses trabalhos, é possível notar que, no século IV, ainda se visava demarcar como o judaísmo e o cristianismo eram excludentes entre si. Isso indica que, naquele período, os limites simbólicos fixados pelas autoridades não estavam sendo observados na piedade popular, indicando a persistência da fluidez identitária (SILVA, 2011, p. 273-274).

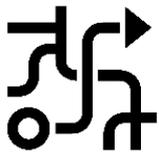
Outrossim, existiam desafios internos para a fixação da identidade cristã, os grupos considerados heréticos: o arianismo, o pelagianismo, o nestorismo, o gnosticismo, o marcionismo e os encratitas. Esses e outros movimentos fizeram com que surgisse uma literatura cristã com limites e medidas restritivas. Além disso, a existência de judaizantes, ainda no século IV, suscitava a fúria de pregadores como Efrém, Ambrósio, Jerônimo, João Crisóstomo<sup>7</sup> e Agostinho, a ponto de a questão ser deliberada no Concílio de Elvira, em 305, no Concílio de Antioquia, em 341 e no Concílio da Laodiceia, em 364 (KINZIG, 1991, p. 37; SILVA, 2011, p. 277).

A elevação do cristianismo como religião oficial do Império por Teodósio (379-395) forneceu chancela para que os clérigos retaliassem os judeus com severas repressões. O maior rigor na disciplinarização causou um influxo de indivíduos provenientes de meios religiosos distintos, incluindo heréticos ou judaizantes (SILVA, 2011, p. 279).

Apesar de, no século IV, as igrejas cristãs já poderem ser consideradas como *institutione*, no sentido latino do termo, que designa uma instituição organizada como uma sociedade política, dotada de um corpo teológico, doutrinal e detentora de um lugar próprio

---

<sup>7</sup> Segundo Kinzig (1991, p. 37), no século IV, João Crisóstomo combateu fortemente os judaizantes e judeus, alguns que estavam presentes em Antioquia desde o ano 300 antes de Cristo.



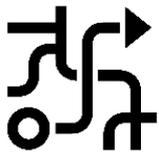
de exercício de poder, no âmbito da piedade popular, as identidades ainda eram fluidas. Os indivíduos continuavam a transitar entre categorias, adotando, por exemplo, práticas que não eram mais aceitas pelas autoridades nos respectivos espaços (cristão ou judeu).

Em vista disso, as concepções da literatura *Adversus Iudaeos* ganharam fôlego disciplinar, como visto nas obras do século IV, de Epifânio da Salamina, Efrém, o Sírio ou João Crisóstomo, autores que, possivelmente, não registrariam esses conflitos se estivessem suplantados. Com isso, torna-se menos provável que uma distinção entre ambos os credos tenha se dado nos primeiros séculos, sendo mais plausível apontar o século IV para uma distinção maior entre judeus e cristãos, ainda que persistissem zonas de fluidez identitárias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defender uma identidade estritamente cristã iniciando já com a pregação dos discípulos de Jesus seria anacrônico, visto que retiraria o peso da tradição judaica recebida por Jesus. Não apenas o judaísmo foi o berço para a formação do próprio cristianismo, como continuou sendo o ponto nodal, no qual muitos eclesiásticos se apoiaram para construir uma literatura *Adversus Iudaeos*, que combatia tudo aquilo que se considerava não pertencente à identidade cristã. Esta última foi se construindo, assim, de forma relacional, entre rejeições, apropriações e ressignificações (do judaísmo ou de outras religiosidades) e as inovações de práticas e tradições trazidas pela crença no nazareno.

Ao interpretar a formação da identidade cristã e a redefinição da identidade judaica sob a ótica das identidades fluidas, é preciso reconhecer que essa fluidez, muitas vezes, só vem à luz em uma análise científica e posterior, não sendo um dado explícito para os atores envolvidos na experiência religiosa, que podem se compreender dentro de fronteiras identitárias mais rígidas do que aquelas apresentadas na análise. E, também, alguns elementos resultados da fluidez, ao se perpetuarem ao longo de gerações, são naturalizados, “passando a fazer parte do patrimônio cultural do grupo em questão em caráter quase atemporal” (SILVA, 2011, p. 64).



Ao longo dessa exposição, que visou tecer reflexões acerca da formação da identidade do cristianismo de uma forma mais ampla e sem se ater a um contexto específico, foram trazidas também algumas teorias abordando que o desvencilhamento do cristianismo do judaísmo, possivelmente, não tenha sido um processo unilinear.

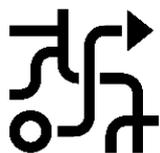
Conforme a *wave theory*, de Daniel Boyarin, as práticas cristãs, formadas no diálogo e intercâmbio com o seu próprio contexto, se espalhavam a partir de um epicentro e poderiam atingir diversos campos simultaneamente, em graus diversos de intensidade; ou a teoria da separação por etapas de Kinzig, que sugere níveis de separação entre ambos, sendo doutrinal e teológico (um trabalho intelectual), institucional e popular (na práxis religiosa). Ademais, supõe-se que apenas quando o cristianismo se torna uma *religio*, o judaísmo também se organizou em torno de um credo, tornando-se, também, uma religião em sentido estrito, distinto de um pertencimento étnico-político.

Nos dois primeiros séculos, a fluidez poderia ser ainda mais acentuada, uma vez que a identidade cristã não detinha limites demarcados, estando em processo de construção. Contudo, mesmo que o cristianismo já estivesse institucionalizado, no século IV, não estava livre de intercâmbios com os judeus. Várias obras e concílios visando atuar contra os judeus e judaizantes indicavam que os indivíduos transitavam entre os constructos diversos.

Conclui-se, assim, que há discontinuidades e inovações que permitiram que o cristianismo se estruturasse enquanto instituição até o século IV e construísse a sua própria identidade. No entanto, também existiram permanências judaicas, no nível teológico e popular, inviabilizando a defesa de uma separação completa de ambas as religiosidades nos séculos I e II.

Por um lado, o cristianismo estava construindo a sua própria identidade ressignificando elementos do universo judeu e com elementos novos (baseados na crença da messianidade de Jesus). Por outro, o judaísmo também se modificou, estreitou fronteiras, delimitou aquilo que era ou não aceito, definiu o fechamento da escrita dos seus livros sagrados, emergindo também como um sistema de *religio*.

O sistema *religio* estava associado com a constituição de uma prática religiosa distinta de uma associação cívica (como o judaísmo ou helenismo). Em outras palavras,



quando o cristianismo se tornou uma forma religiosa independente da *civitas*, fez com que judeus (e politeístas), paulatinamente, também se convertessem em *religio*.

Em suma, em um trânsito de identidades fluidas, existiram continuidades das crenças judaicas na formação do cristianismo. Entretanto, se a identidade se relaciona com a alteridade, o principal “outro” escolhido como contraponto foi justamente o grupo do qual o cristianismo nasceu, os judeus. Com isso, os cristãos se estabeleceram como dignitários de escritos, de tradições e narrativas judaicas, muitas das quais foram sendo ressignificadas e agregadas a novos elementos identitários.

## REFERÊNCIAS

### BIBLIOGRAFIA

BELMAIA, N. A. W. Do Pessach à Pascha: ressignificação dos significantes da Páscoa judaica pela Páscoa cristã. *Antíteses*, Londrina, v. 10, n. 19, p. 543-564

2017.

BROWN, Raymond E. *Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Paulinas, 2004.

BUENO, F. S. Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa. Santos: Ed. Brasília, 1974. v. 1.

CARRIERI, Alexandre de Pádua [et al]. Identidade nas Organizações: múltipla? fluida? Autônoma? *O&S*, v.15, n. 45, abril/junho de 2008. pp. 127-144.

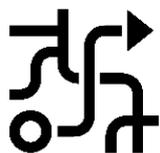
EHRMAN, B. *A Brief Introduction to the New Testament*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

FREDRIKSEN, P. What “Parting of the Ways”? Jews, Gentiles, and the Ancient Mediterranean City. In: REED, A. Y.; BECKER, A. H. (org). *The ways that never parted: Jews and Christians in Late Antiquity and the Early Middle Ages*. Minneapolis: Fortress Press, 2007.

FUNARI, P. P. A. Identidades fluidas. In: NOGUEIRA, P. A. S.; FUNARI, P. P. A.; COLLINS, J. J. (Orgs.). *Identidades fluídas no Judaísmo antigo e no Cristianismo primitivo*. São Paulo: Annablume, 2010.

GOMES, J. F. Críandade e Cristianismo Antigo. *Revista Phoênix*. Rio de Janeiro, 6: 2000, p.178-196. HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992. IDENTIDADE. In: *Dicionário Michaelis*. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/busca?id=vkAAV>>. Acesso em: jun. 2021.

IDENTIDADE. In: *Oxford Languages Dictionary*. Disponível em <<https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>>. Acesso em: 03 jun. de 2021.



JOSSA, Giorgio. *Il cristianesimo antico. Dalle origini al Concilio di Nicea*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1997.

KINZIG, Wolfram. 'Non-Separation': Closeness and Co-operation between Jews and Christians in the Fourth Century. *Vigiliae Christianae*, 45, n. 1, 1991.

KITZINGER, E. The Cult of Images in the Age before Iconoclasm. *Dumbarton Oaks Papers*. Trustees for Harvard University. *Jstor*. Vol. 8, 1954.

KOHLER, K. Ebionites. In: *Jewish Encyclopedia*, 1901. Disponível em <<http://jewishencyclopedia.com/articles/5411-ebionites>>. Acesso em jul. 2020.

LAQUEUR, W. *The Changing Face of Antisemitism: From Ancient Times To The Present Day*. Oxford: University Press, 2006.

LEITE, E. Qual era o judaísmo de Paulo? *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 85-97, dez. 2008.

LEVIEILS, Xavier. *Contra Christianos: La critique sociale et religieuse du christianisme des origenes au concile de Nicée (45-325)*. Berlim: WDG, 2007.

MOURA, F. D. T. *Espelhos de Ário: A reação ao arianismo nos escritos de Atanásio de Alexandria e Hilário de Poitiers (336-361)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia, 2021.

NOGUEIRA, P. A. O judaísmo antigo e o cristianismo primitivo em nova perspectiva. In: NOGUEIRA, P. A. S.; FUNARI, P. P. A.; COLLINS, J. J. (orgs.). *Identidades fluídas no Judaísmo antigo e no Cristianismo primitivo*. São Paulo: Annablume, 2010.

PARRY, K., MELLING, D. (org). *The Blackwell Dictionary of Eastern Christianity*. Malden, MA: Blackwell Publishing, 1999.

RELIGION. In: *Dicionário Etimológico*. Disponível em: <<https://www.etymonline.com/word/religion>>. Acesso em jul. 2020.

SCHAFER, P. *The Bar Kokhba War Reconsidered: New Perspectives on the Second Jewish Revolt Against Rome [S.I.]*: Mohr Siebeck. 2003b.

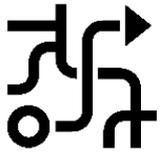
SCHAFER, P. *The History of the Jews in the Greco-Roman World: The Jews of Palestine from Alexander the Great to the Arab. Conquest*: Routledge, 2003.

SELLIN, E.; FOHRER, G. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Editora Acadêmica Cristã, 2007.

SELVATICI, M. As relações entre judeus palestinos e o poder romano sécs. I a.C.- I d.C. In: *História Militar do Mundo Antigo*, vol. 3. São Paulo: Annablume, 2012.

SELVATICI, M. Identidades religiosas no mundo romano: O caso de judeus e cristãos na Ásia Menor dos séculos I e II d.C. *Antíteses*, v. 8, n. 16, p.50-70, jul./dez. 2015.

SELVATICI, M. *Os judeus helenistas e a primeira expansão cristã: questões de narrativa, visibilidade histórica e etnicidade no Livro dos Atos dos Apóstolos*. Tese de doutorado.



Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SILVA, Gilvan Ventura. Construindo fronteiras religiosas em Antioquia: as homilias “Adversus Iudaeos” de João Crisóstomo e a fixação da identidade cristã. In: TACLA, A. B.; MENDES, N. M.; CARDOSO, C. F. S.; LIMA, A. C. C. (org.). *Uma trajetória na Grécia Antiga: homenagem à Neyde Theml*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

SOARES, A. G. *O processo de canonização da Bíblia hebraica: sua história, critérios, consequências*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras Orientais, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

#### **FONTES**

BÍBLIA. *Bíblia de Jerusalém*. São Paulo: Paulus, 2002.

Recebido em 20/03/2023

Aprovado em 11/07/2023